

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v15i26.657>**HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA SENSÍVEL:** o Cais do Valongo no Rio de Janeiro¹**HISTORY, PATRIMONY AND SENSITIVE MEMORY:** the Pier of Valongo in Rio de Janeiro**HISTORIA, PATRIMONIO Y MEMORIA SENSIBLE:** el Cais do Valongo en Río de Janeiro

MONICA LIMA

Doutora. Professora de História da África do Instituto de História (UFRJ)

Rio de Janeiro-RJ, Brasil

monicalimaesouza@gmail.com

Resumo: O artigo trata sobre aspectos que definem a importância do sítio histórico e arqueológico Cais do Valongo, situado na cidade do Rio de Janeiro, para a história da escravização de africanos e seus descendentes nas Américas e, em especial, no Brasil. Além de ressaltar a relevância desse bem, reconhecido em 2017 como Patrimônio Mundial pela UNESCO, também aborda o seu significado como sítio histórico de memória sensível e lugar de memória do tráfico atlântico de africanos escravizados. Ao longo do texto, são abordadas ideias-chave, tais como passados sensíveis, violência, dor e sofrimento em perspectiva histórica, indicando possibilidades de comparação com outros espaços no mundo, considerando tragédias humanas e conceitos utilizados nos estudos sobre esses processos. Finalmente, o texto analisa elementos em torno da história da região do Cais do Valongo como espaço de resistência e de afirmação das populações negras.

Palavras-chave: Cais do Valongo. História da Escravidão. Passados Sensíveis. Patrimônio Mundial. História dos africanos no Brasil.

Abstract: The article deals with aspects that define the importance of the historical and archaeological site of Valongo Wharf, located in the city of Rio de Janeiro, for the history of enslavement of Africans and their descendants in the Americas and especially in Brazil. In addition to highlighting the relevance of this property, recognized in 2017 as a World Heritage Site by UNESCO, it also addresses its significance as a historical site of sensitive memory and a place of memory for the Atlantic traffic of enslaved Africans. Throughout the text, key ideas such as sensitive past, violence, pain and suffering are discussed in historical perspective, which indicates possibilities of comparison with other spaces in the world, considering human tragedies and concepts used in the studies on these processes. Finally, the text analyzes other elements around the history of the Valongo Wharf region as space of resistance and affirmation of the black populations.

Keywords: Valongo Wharf. History of Slavery. Sensitive Pasts. World Heritage. History of Africans in Brazil.

Resumen: El artículo trata sobre aspectos que definen la importancia del sitio histórico y arqueológico Cais do Valongo, situado en la ciudad de Río de Janeiro, para la historia de la esclavización de africanos y sus descendientes en las Américas y, en especial, en Brasil. Además de resaltar la relevancia de ese bien, reconocido en 2017 como Patrimonio Mundial por la UNESCO, también aborda su significado como sitio histórico de memoria sensible y lugar de memoria de la trata atlántica de africanos esclavizados. A lo largo del texto, se abordan ideas clave, tales como pasados sensibles, violencia, dolor y sufrimiento en perspectiva histórica, indicando posibilidades de comparación con

¹ Artigo submetido à avaliação em junho de 2018 e aprovado para publicação em novembro de 2018.

otros espacios en el mundo y considerando tragedias humanas y conceptos utilizados en los estudios sobre esos procesos. Finalmente, el texto analiza elementos en torno a la historia de la región del Cais do Valongo como espacio de resistencia y de afirmación de las poblaciones negras.

Palabras clave: Muelle de Valongo. Historia de la Esclavitud. Pasados Sensibles. Patrimonio Mundial. Historia de los africanos en Brasil.

*O canto do cais do Valongo ôôôôôôôô
Que veio de Angola, Benin e do Congo
Tem semba, capoeira e oração.²*

O Cais do Valongo entrou para a lista da UNESCO como patrimônio da humanidade em 9 de julho de 2017. Não se trata do único sítio histórico marcado pela presença afro-brasileira a receber esse reconhecimento no Brasil: os centros históricos das cidades de São Luís, no Maranhão e Salvador, na Bahia, entre outros, fazem também parte dessa lista – e desde muito antes. Mas, no caso desse bem situado na cidade do Rio de Janeiro, o valor universal excepcional que lhe foi atribuído teve em sua justificativa central o caráter de lugar de memória do tráfico atlântico de africanos escravizados e de resistência cultural e política da população negra a uma longa história de violência e exclusão. O cais foi, no início do século dezenove, o centro do local de desembarque do maior número de africanos escravizados que chegaram vivos às Américas. Em nenhuma outra parte do mundo desembarcaram tantos cativos trazidos da África como nessa cidade.

Não se trata somente das pedras pisadas no local de desembarque de tanta gente trazida à força do lado de lá do oceano, durante o mais longo processo de migração forçada da história da humanidade. É o Cais do Valongo e seu entorno. Inclui-se também o cemitério dos pretos novos, o quilombo da Pedra do Sal, as esquinas e ruas por onde circularam personagens da história da cidade e do país como João Alabá³ e Prata Preta⁴, a fundação do

² Trecho da letra do samba-enredo da Portela, escola de samba do Rio de Janeiro, em 2014. Os autores são Toninho Nascimento, Luiz Carlos Máximo, Waguiinho, Edson Alves e J. Amaral.

³ Sacerdote do candomblé famoso no seu tempo. Sua casa na Rua do Depósito (atual Barão de São Félix) era frequentada por muitas pessoas. Ver, entre outros: GAMA, Elizabeth Castelano. *História e memória do candomblé no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise*. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST7/004%20-%20Elizabeth%20Castelano%20Gama.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016 e ROCHA, Agenor Miranda da. *As nações Ketu, origens ritos e crenças: candomblés antigos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

⁴ Líder na Revolta da Vacina (1904), hoje dá nome a um bloco de samba na região portuária. Ver, entre outros: CUNHA, Fabio Samu. Capoeiras e a Revolta da Vacina. *Revistas Espaço Acadêmico*, n. 180, maio 2016. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/26869>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

famoso terreiro de candomblé Ile Ase Opo Afonja⁵ no Rio de Janeiro, os ativos sindicatos dos trabalhadores portuários⁶ e tantos outros personagens, movimentos e fatos históricos que fizeram da região parte fundamental da *Pequena África* na cidade – como nomeou Heitor dos Prazeres, artista plástico e músico que ali viveu na primeira metade do século vinte. E aos vestígios e construções do passado agrega-se a tradição viva que dá sentido e mantém acesa a chama que arde nas rodas de samba e de capoeira, nos tambores e afoxés até os dias de hoje.

O cronista João do Rio identificava a *aringa africana* no Valongo no início do século vinte, evidenciando a atmosfera permeada pela presença viva – demográfica e culturalmente falando – de uma população negra, entre antigos cativos e seus descendentes, mesmo após décadas do fim do comércio escravista naquele local.⁷ A zona portuária do Rio de Janeiro foi cenário de muitas obras e transformações ao longo daquele século, mas manteve-se como local de moradia e circulação de uma população negra e pobre que, nas suas ladeiras e encostas e também em casas de habitação coletivas nas ruas e becos, seguiu vivendo e imprimindo suas marcas culturais. Não sem razão o local foi cenário de episódios dramáticos da Revolta da Vacina em 1904 – revolta urbana que fez tremer a então capital da República – e da reação às demolições no período Pereira Passos que ocorreram entre 1902 e 1906, bem como as mobilizações dos sindicatos de trabalhadores portuários que contavam com numerosa presença negra.

No entanto, ainda que existam todas essas outras dimensões da história da região, o que aparentemente mais mobiliza suas narrativas é sem dúvida a história da escravidão africana. Pode-se atribuir essa escolha de ponto de partida e núcleo central à sempre presente busca pelas origens, ou ao reconhecimento da dimensão histórica de mais longa duração, ou pela razão de ser a escravidão o que finalmente define e enquadra esse lugar de memória. Lembrando Pierre Nora, lugares de memória são entendidos aqui como resultantes de “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade”⁸, portanto, relacionam-se a uma identidade que se constitui e se percebe também a partir dessa região. E a escravidão é

⁵ Casa de candomblé que figura entre as primeiras – senão a primeira – no Rio de Janeiro, ainda no século XIX, constituída a partir de relações com suas congêneres em Salvador. Ver referências na nota 2.

⁶ Ver ARANTES, Erika Bastos. *O porto negro: trabalho, cultura e associativismo de trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/906.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2016.

⁷ O fim da entrada de africanos escravizados no Valongo deu-se a partir da lei de novembro de 1831.

⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 10. São Paulo, 1993, p. 13.

um elemento central para a marca identitária desse local pelos que o reconhecem como lugar de memória.

No caso da região do Cais do Valongo e das narrativas que sobre este espaço são construídas, vale pensar sobre o caráter estruturante que teve o cativeiro de africanos e seus descendentes na formação da sociedade brasileira – sem dúvida, um fator explicativo inquestionável. No entanto, não poucas vezes critica-se o que poderia vir a ser qualificado como um excesso de ênfase na história da escravidão ao uso da força de trabalho e ao controle sobre os escravizados, com toda sua carga de opressão e perda, em detrimento de aspectos igualmente presentes como a resistência, a luta e mesmo a capacidade de negociar e conquistar espaços de liberdade. Vale refletir também sobre as diferentes formas de se abordar essa mesma história – afinal, pode-se escolher o tom e os caminhos da memória nos percursos e narrativas.

É importante deixar evidenciado em que sentido opera-se nesse texto o conceito de narrativa histórica, que tem como base a concepção de Paul Ricoeur⁹ e a abordagem trazida por Carmen Teresa Gabriel:

Nessa perspectiva, a narrativa histórica – como estrutura temporal que organiza a dispersão de nossas experiências – é intensamente mobilizada nas políticas de identidade e de diferença por meio de dispositivos variados que acionam memórias, produzem silêncios, lembranças e esquecimentos. Nos processos de identificação, passados são escolhidos, registrados, arquivados, reativados, transmitidos para reatualizar tradições inventadas e comunidades nacionais imaginadas. Nesse mesmo movimento, um outro no tempo e no espaço é produzido, seja como exemplo a ser seguido, seja como meta a ser atingida – ou seja até mesmo como um antagonico das identidades narrativas que se quer reafirmar. Seguir seus traços, trazê-lo para o presente, transformá-lo em objeto de investigação ou do ensino são ações recorrentes das práticas profissionais de pesquisadores e professores de História.¹⁰

A história do Cais do Valongo pode ser considerada um exemplo desse processo de identificação e apagamento do passado e da criação de tradições. Sabia-se da existência do cais pelos documentos históricos, mas não se tinha sua localização precisa até ser desenterrado em 2011 nas obras de reforma urbana na região portuária do Rio de Janeiro. A forma como foi apresentado o seu descobrimento ao público contribuiu em grande parte para reforçar seu significado. A equipe de arqueologia que foi chamada para avaliar o sítio, ao constatar que era um cais de pedra da antiga praia do Valongo do século dezenove e

⁹ Segundo a qual, narrar é atribuir significado a nossa experiência no tempo. Conforme RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1997. 3 v.

¹⁰ GABRIEL, Carmen Teresa. Jogos de tempo e processos de identificação hegemônicos nos textos curriculares de História. *História Hoje. Revista de História e Ensino*. ANPUH, v. 4, n. 8, 2015. Disponível em: < <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/193> > . Acesso em: 12 jun. 2016.

confirmar na pesquisa arqueológica e documental a sua importância histórica, mobilizou a comunidade ao tornar pública na imprensa tal descoberta, o que levou a que fossem convocadas lideranças religiosas de matriz africana para reconhecer o local e os vestígios encontrados desde seus saberes – trazendo, para essa visita de campo, mães de santo de grande prestígio na comunidade. Essas mulheres, mães de santo renomadas na região e na cidade, ao serem apresentadas ao cais, identificaram a presença de marcas de dor e sofrimento e diagnosticaram a necessidade de uma limpeza espiritual no local. E, então, em 2012 realizou-se a primeira cerimônia de lavagem simbólica do Cais do Valongo, transformada depois em evento anual e hoje faz parte do calendário oficial de celebrações da cidade – institucionalizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Há que se destacar que a apropriação oficial do reconhecimento do cais pelas autoridades não se realizou sem críticas da comunidade negra – moradores e ativistas – e de estudiosos do campo, revelando-se como um espaço sobre o qual também se opera uma disputa de memória.¹¹

Trata-se de uma história de silenciamentos. Ao longo do tempo, o Cais do Valongo foi submetido a um processo de enterramento material e simbólico. Deixando de funcionar como desembarque de africanos escravizados em 1831, foi encoberto em 1843 para a chegada da esposa do Imperador Pedro II. O novo cais passou a se chamar cais da Imperatriz e foi construído sobre o primeiro, pedra sobre pedra – e esse ocultamento é visível hoje no sítio histórico-arqueológico do cais, no qual se podem enxergar perfeitamente as camadas dessa história, sobrepondo-se. E não só essas que remetem ao século dezanove. No século vinte, as obras de remodelamento da cidade que pretendiam trazer os ares de progresso da época republicana, da mesma forma, construíram sobre o cais da Imperatriz uma praça, que o soterrou. Ou seja: as evidências materiais no espaço central – o Cais do Valongo – desse percurso de aula de campo constituem por elas próprias um caminho narrativo a ser identificado, acionando mecanismos que trazem à luz a história e a memória da escravidão.

Africanos escravizados e a formação do mundo atlântico

O comércio de africanos escravizados constitui o mais longo processo de migração forçada da história da humanidade. No caso das Américas, essa população cativa tornou-se parte fundamental da formação social do continente e, sobretudo, da constituição das relações transoceânicas, tendo o Atlântico como seu principal espaço de intercâmbios e

¹¹ Uma análise do processo de patrimonialização do Cais do Valongo e os principais eventos a ele relacionados encontram-se em VASSALIO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun. 2015.

trocas. Milhões de seres humanos em cativeiro, postos em movimento na grande travessia, não podiam carregar consigo nenhum bem material, mas traziam suas ideias, tecnologias, conhecimentos e crenças. Algumas vezes, quando muito, no corpo levavam adornos e amuletos – proteção contra os males tão próximos e presentes¹². No continente africano, o que se esperava dessa passagem pelo oceano era a morte, uma segunda morte – já que a separação da família e da aldeia havia sido a primeira.

A viagem era longa e, muitas vezes, demandava tempos de espera em armazéns e fortalezas. No caminho desde a escravização até a chegada ao Novo Mundo, os cativos foram criando significados a partir de sua herança imaterial e constituindo novas realidades culturais. Na travessia, novos laços faziam-se – surgiam os malungos, companheiros de embarcação, laço coletivo de uma experiência dolorosa comum. Criaram, construíram e transformaram o continente, por sua própria iniciativa ou em resposta às relações de poder que com eles eram estabelecidas. E, nesse longo processo, conformaram o mundo ocidental.

O Brasil foi o destino de mais de 40% dos africanos exportados de suas terras de origem durante todo o período do tráfico atlântico, e a maioria – cerca de 60%, segundo os cálculos da história demográfica – desembarcou nos portos do Rio de Janeiro. Como afirmou o africanista Alberto da Costa e Silva:

Essa longa história brasileira durou quase três séculos e meio, e durante pelo menos cento e cinquenta anos a chegada desses escravizados se deu de forma sistemática. Desses, entre fins do século XVIII e início do século XIX, a maior parte desembarcou no Valongo¹³.

Podemos considerar a região do Valongo, tendo o cais como seu núcleo central, e o sítio arqueológico como evidência material, um símbolo vivo dessa história. E, para além da escravidão e da dureza do cativeiro, há, nesse espaço da cidade, no entorno do cais, as marcas da sobrevivência, da resistência e da afirmação desses africanos e africanas e seus descendentes, que criaram elementos fundadores da cultura negra urbana na diáspora. Como lidar com tais dimensões, (re)conhecendo o valor desse patrimônio material e imaterial e, ao mesmo tempo, desenvolvendo narrativas que possam dar conta de trajetórias de sofrimento e de afirmação de nossos antepassados? E como fazer com que essas narrativas históricas não

¹² Sobre a presença dos amuletos e seu significado para a história dos africanos escravizados que desembarcaram e circulavam no Cais do Valongo, ver LIMA, Tania Andrade; SOUZA, Marcos André Torres; SENE, Gláucia Malerba. Weaving the second skin: protection against evil among Valong slaves at nineteenth century Rio de Janeiro. *Journal of African Diaspora, Archeology and Heritage*, v. 3, issue 2, 2014, p.103-136.

¹³ SILVA, Alberto da Costa. Fala de abertura (...). E, ainda segundo o *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*, organizado por ELTIS & RICHARDSON e publicado pela Yale University em 2010, o Rio de Janeiro foi o maior porto de destino de toda a história do tráfico de africanos escravizados (p. 265).

se tornem um mecanismo de naturalização da dor vivida por essas pessoas, nesse passado que parece tão remoto? Como superar a imagem mental tão negativa de negros no tronco e, ao mesmo tempo, não idealizar a rebeldia e assinalar a presença de uma memória que vá além da dor – mas que incorpore essa dor como um elemento analítico fundamental?

Temas sensíveis na História: violência e sofrimento

Um dos caminhos que pode parecer difícil, mas que é sem dúvida fundamental, é o de assumir, associada ao sofrimento como elemento chave da história social dos seres humanos envolvidos no comércio de escravizados e na escravização em si, a ideia da violência como parte dessa história. E essa abordagem deve ir além de identificar a presença da violência: trata-se de discutir o seu papel, para entendê-la como condição sem a qual a escravidão não se realizaria. Discutir o uso da violência historicamente pressupõe conhecer suas origens nesse modo específico de trabalho forçado, naquela sociedade que dela fazia uso e na qual era considerada aceitável. Remete também a pensar a violência como categoria histórica, o que muitas vezes não se faz, por parecer evidente. A ausência da violência como tema de análise, e não como simples constatação, tem um significado. No dizer de Hannah Arendt: “Isso mostra até que ponto se tomou a violência e a sua arbitrariedade como fatos corriqueiros e foram, portanto, negligenciadas; ninguém questiona ou examina aquilo que é óbvio para todos.”¹⁴

A legitimidade da violência contra os escravizados constituía-se com base numa série de justificativas, e debater sobre elas contribui para entender sua existência num mundo em que o trabalho era algo que se obrigava outros a fazer e seres humanos poderiam ser considerados como mercadorias. Discutir sobre o que fazia com que se considerasse justo e direito à captura, à escravização, à comercialização, ao castigo, à tortura e ao poder sobre a vida de outros seres humanos, torna mais compreensível a racionalidade da violência escravocrata. E, ao mesmo tempo, contribui para a compreensão daquilo que, à distância, pode parecer fruto de um atraso comportamental de homens e mulheres de um passado que se situa na escuridão do tempo.

Sem necessidade de nada que venha a se assemelhar a algum tom apelativo, tratar sobre esses conteúdos no campo dos estudos históricos significa lidar com o universo dos temas sensíveis. Comumente associados a assuntos de história recente ou a processos

¹⁴ARENDR, Hannah. *Da violência*. Tradução: Maria Claudia Drummond. Disponível em: <<http://pavio.net/download/textos/ARENDR,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

distantes geograficamente da realidade brasileira como a história do Holocausto ou de guerras, esse tema expõe a delicada e incontornável tarefa de enfrentar o tema da escravidão de africanos com toda sua carga de sofrimento. E não se trata simplesmente de uma dor diluída numa história de um passado remoto, num tempo em que submeter o outro a uma situação de desumanização era natural. A memória da situação de sofrimento no local em que esse sofrimento teve lugar faz dele um espaço no qual a ponte através do tempo – construída pela narrativa histórica – é muito mais facilmente construída. O trânsito entre o passado e o presente, mobilizado pela história trazida pela evidência do patrimônio material, pode ser realizado com muito mais efetividade. E, portanto, pode se construir uma compreensão mais sensível e, nesse sentido, mais completa do significado humano desse sítio histórico.

Ao contextualizar o tema, é importante recordar que essa dor existia apesar do fato de naquela época a escravidão ser legalizada e as pessoas acreditarem ter o direito de escravizar alguém. Cabe lembrar, da parte dos que sofreram, a presença do medo, da incompreensão e do espanto frente a uma realidade que mais parecia um pesadelo. Esse conjunto de sensações também define, junto com a força da criação de tantas coisas belas, a atmosfera do Valongo. Tudo isso faz desse lugar onde tanto se celebra – com toda razão – a presença africana e negra na cidade do Rio de Janeiro e no país, um sítio de memória sensível¹⁵. Um lugar no qual durante tantos anos desaguou um mar de gente (milhares, como em nenhuma outra parte) depois de uma travessia em que não morrer poderia ser esperar sobreviver dolorosamente.

Será sempre um desafio tratar de um tema no campo do estudo de história que traz experiências de sofrimento, sobretudo, quando esse tratamento envolve criar uma dinâmica de aula de campo com a preocupação de abrir possibilidades de uma aprendizagem crítica e consistente. Quando se trata com um tema sensível, lida-se necessariamente com “memórias acorrentadas a ressentimentos”¹⁶ e histórias longamente negadas que produziram justificativas para seu ocultamento. Como resultado da desconstrução desse silêncio, terão que ser ouvidas as vozes que (in)surgem e que nem sempre (quase nunca) virão no formato de um discurso academicamente enquadrado.

Caminhos do Valongo

¹⁵ Tal como definido em AUSTIN, Nathan K. Managing heritage attractions: marketing challenges at sensitive historical sites. *International Journal of Tourism Research*, v. 4, issue 6, p.447-457, nov./dic. 2002.

¹⁶ BRESCIANE, M.S.; NAXARA, M. (Org.). *Memória e res(sentimento)*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2004.

Todavia, por que seria fundamental lembrar sobre esses aspectos tristes da história frente a outras possibilidades que podem ser tão positivas e engrandecedoras? E mais do que simplesmente trazer à memória, dar sentido histórico a esse passado? Afinal, poder-se-ia apenas celebrar as heranças africanas com reconhecimento do mundo de que somos o país mais negro fora da África e que, mais do que isso, desejamos fazer dessa história monumento e marco de nossa identidade. Por que escolher narrativas sublinhando a dor da escravidão sobre a história do Cais do Valongo?

Pode soar como quase óbvio afirmar que toda escolha de tema de pesquisa é uma escolha política. Ou melhor: que a seleção de um tema para investigação carrega razões que vão além do acúmulo de conhecimentos – e direcionam para o que se espera que se faça com esses saberes a serem adquiridos. E que, dentro das opções por esse ou aquele assunto da sempre longa lista possível nos temas de História, o destaque e o recorte vêm a partir da definição de objetivos que ultrapassam o informar-se sobre a vida de sociedades de um outro tempo. Entre outras razões, porque a escolha por um caminho pela região do Cais do Valongo faz lembrar que o tráfico atlântico de africanos escravizados foi um crime contra a humanidade e – vale recordar – o Brasil ainda não o reconheceu oficialmente como tal. Num crime, há vítimas. Nem de longe essa ideia implica na concepção dos escravizados como sujeitos-objetos, transformados em mercadorias e submetidos sem reação. Não se trata dessa qualidade de vítima. Trata-se da história dos que sofreram e nos legaram essa memória. O ser vítima não significa perder a capacidade de agir e mesmo de transformar.

As histórias que dão significado ao Cais do Valongo como patrimônio têm o papel também de lembrar que, assim como toda a beleza e poder da criação, a dor é parte da herança deixada por nossos antepassados africanos. A dor que atravessa a memória sensível dos descendentes faz do trauma da escravidão um processo cultural de base na formação de identidades no pós-abolição. Sem nenhum exagero, e com todo o drama, não há como encarar o percurso no entorno do Cais do Valongo e permitir que essa dimensão da história dissolvesse no tempo, e, para isso, o trabalho dos professores de História em suas atividades na região torna-se fundamental. Até porque, assim como a tradição oral africana, essa dimensão da história está viva, e esbarramos com ela nas nossas ruas e quebradas hoje. O trauma coletivo não foi superado, e na sua discussão talvez seja possível aprender de alguma forma a lidar com ele. Um desses caminhos seria, dentro da própria estrutura narrativa que constitui a aula, poder considerar as dimensões do sofrimento articuladas às formas encontradas historicamente para enfrentá-lo.

A história que se pode narrar ao atravessar os caminhos da região do Cais do Valongo, além de seus aspectos de violência e dor, cruza também espaços nos quais a resistência e a celebração da luta e da vida emergem como símbolos fortes. Se no entorno do cais existe o Cemitério de Pretos Novos¹⁷, no qual na vala comum enterravam-se à flor da terra os africanos recém-chegados que não resistiram à dureza da travessia¹⁸, existe também a Pedra do Sal onde se reuniam, naquele tempo, cativos e libertos a contar e cantar suas histórias, depois de dias de duro trabalho no porto, nas rodas de capoeira e ao som dos batuques – e é o mesmo lugar em que se formou mais tarde um quilombo tecido na identidade negra e na solidariedade, por processos migratórios no período do pós-abolição.¹⁹

Na Pedra do Sal hoje se realizam rodas de samba²⁰, celebram-se com regularidade datas festivas da comunidade negra e leva-se à frente a luta pela demarcação de um quilombo urbano de características únicas, que se relacionam estreitamente com a história da região como um lugar em que a escravização de africanos operava-se comercialmente e as mais diferentes formas de luta por espaços de liberdade foram surgindo e interagindo. No Cais do Valongo, rodas de capoeira periódicas realizam-se e a lavagem simbólica do local tornou-se data oficial no calendário de festejos da cidade, demarcando o pertencimento cultural e religioso da memória que se constrói sobre a região. Em frente ao cais encontra-se o prédio das antigas Docas Pedro II que veio a ser o primeiro prédio público na cidade construído sem utilização de mão de obra escravizada na então capital do Império do Brasil – cláusula contratual exigida pelo autor do projeto, o engenheiro negro André Rebouças. Portanto, há uma série de logradouros que, ao serem assumidos como lugares de memória, assinalam diferentes formas de resistência, afirmação e luta da população negra.

E ainda se pode pensar na região do Valongo como um todo a partir de seu estatuto de lugar de memória. Nessa área próxima ao cais, além dos armazéns, foram, desde especialmente a segunda metade do século XIX, surgindo moradias de uma população que trabalhava nos serviços que a atividade portuária e comercial oferecia. Em casas de famílias negras, muitas vezes chefiadas por mulheres, tambores noturnos acompanhavam celebrações

¹⁷ Hoje situado no *Instituto de Pesquisa e Memorial Pretos Novos (IPN)*, que surge a partir da descoberta do cemitério, em 1996. Ver <http://www.pretosnovos.com.br/>

¹⁸ Ver PEREIRA, Julio Cesar Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

¹⁹ Ver ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Remanescentes de comunidades de quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. *ANPUH*, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1299778862_ARQUIVO_anpuh2011.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

²⁰ A ARQPEDRA (Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal) criou o projeto *Sal do Samba: tributo a Donga, Pixinguinha, João da Baiana e Siinhô* que homenageia grandes personagens da história do samba no Rio de Janeiro e promove eventos culturais no local.

religiosas em que deuses de origem africana assumiam novas roupagens na diáspora carioca. Realizadas às escondidas e duramente reprimidas, guardavam forte relação com o vínculo com a África e o Atlântico que o cais, então oculto, ainda representava. Além disso, as casas de candomblé tornaram-se locais de acolhida para os africanos e afrodescendentes que chegavam de outras partes do país, sobretudo da Bahia, no século XIX. Como relata Carmem Teixeira da Conceição – conhecida como Tia Carmen – a Roberto Moura quando ele estava escrevendo o livro sobre a Pequena África no início da década de 1980²¹:

Tinha na Pedra do Sal, lá na Saúde, ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam da África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal de que vinha chegando gente de lá. [...] Era uma bandeira branca, sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era de um africano, ela chamava Tia Dada e ele Tio Ossum, eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se apumar [...]

Na Rua Barão de São Félix, bem próxima à rua Camerino (antiga Rua do Valongo, depois também nomeada como Rua da Imperatriz), tinha casa de candomblé o famoso João Alabá, sacerdote famoso pelo conhecimento sobre sua religião. Sua muito frequentada casa, que teria sido instalada em 1886, era local de reunião das *tias* da região portuária e central da cidade. Participavam das atividades religiosas dessa casa personagens da história da cidade como Hilária Batista de Almeida, Omo Oxum (filha de Oxum), conhecida por Tia Ciata, que nela ocuparia o posto de Iyá Kekere (Mãe Pequena)²².

Ainda no terreno das celebrações, no Largo do Depósito, em frente aos Jardins Suspensos do Valongo, encontra-se a sede do Afoxé Filhos de Gandhi, entidade herdeira de uma tradição criada na Bahia e que leva sons e coreografias com origem nos terreiros de religiões de matriz africana para as ruas, com uma mensagem de paz. O cortejo do Filhos de Gandhi está presente em atividades como a lavagem simbólica do Cais do Valongo, entre outros momentos que assinalam – e reiteram – o significado desse lugar. E nesse mesmo roteiro das atividades festivas pode-se ainda localizar as agremiações carnavalescas na região do Valongo, como a Escola de Samba Vizinha Faladeira – a primeira – e o bloco do Prata Preta, que homenageia o famoso líder negro da Revolta da Vacina (1904).

Documentos de época: registros sobre o Valongo

²¹ MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE; Instituto Nacional de Música/ Divisão de Música Popular, 1983.

²² O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *O fazer antropológico e o reconhecimento dos direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. p.52. Oxum é uma das divindades do panteão ioruba, identificada muitas vezes por possuir, entre outras características, predicados de doçura e espírito maternal; e Mãe Pequena é a pessoa na casa de candomblé encarregada dos cuidados com o templo e, sobretudo, com os filhos da casa.

Ao traçar os percursos a percorrer no entorno do Cais do Valongo, alguns dos guias nessa travessia podem ser os documentos de época, registros da história e testemunhos, material a ser utilizado como fonte para estudo e focos de luz para a leitura do espaço. Sempre criticamente, mas também deixando que as palavras escritas ressoem com certa liberdade, para permitir leituras renovadas. Como, por exemplo, a determinação oficial que definiu o lugar de vivos e mortos entre os escravizados que aportavam na cidade:

*Os negros novos, que vem dos portos da Guiné e Costa da África, ordenando, que tanto os que se acharem nela, como os que vieram chegando de novo daqueles portos, de bordo das mesmas embarcações que os conduzirem, depois de dada a visita da Saúde, sem saltarem a terra, sejam imediatamente levados ao sítio do Valongo, onde se conservarão, desde a Pedra da Prainha até a Gamboa e lá se lhes dará saída e se curarão os doentes e **enterrarão os mortos**, sem poderem jamais saírem daquele lugar para esta cidade, por mais justificados motivos que hajam e **nem ainda depois de mortos**, para se enterrarem nos cemitérios da cidade [...]*²³

Outra narrativa pode ser trazida pelo olhar do viajante estrangeiro que descrevia o local e as atividades que ali se desenvolviam com detalhamento, espanto e condenação moral. Afinal, nem tudo aquilo parecia natural a todos os observadores, sobretudo no avançar do século dezanove.

O lugar onde fica situado o grande mercado de escravos é uma rua comprida e sinuosa, chamada Valongo, que vai da beira-mar até a extremidade nordeste da cidade. Quase todas as casas dessa rua são depósitos de escravos que ali ficam à espera de seus compradores. Esses depósitos ocupam os dois lados da rua, e ali as pobres criaturas são expostas à venda como qualquer outra mercadoria. Quando chega um comprador, eles são trazidos à sua presença, sendo por este examinados e apalpados em qualquer parte do corpo, exatamente como já vi açougueiros fazerem com os bois. O exame todo se restringe apenas à avaliação da capacidade física do escravo, sem a menor preocupação quanto as suas qualidades morais, que interessam tanto a um comprador quanto se estivessem adquirindo um cão ou um burro.²⁴

Alguns desses viajantes trazem em seus relatos testemunhos comoventes, que servem também para ressaltar a presença cada vez maior de crianças no tráfico de africanos escravizados dos tempos do Cais do Valongo, em especial, quando os escravocratas sentiram apertar o cerco internacional sobre o “infame comércio”. As condições concretas da vida dos cativos aparecem descritas no texto do estrangeiro, que assim as vê e narra.

A primeira loja de carne em que entramos continha cerca de trezentas crianças. De ambos os sexos; o mais velho podia ter doze ou treze anos e o mais novo, não mais de seis ou sete anos. Os coitadinhos estavam todos agachados em um imenso armazém,

²³ ARQUIVO NACIONAL. *Carta do Marquês do Lavradio de 12 de abril de 1774*, códice 70, v. 7, p. 231. Grifos do autor.

²⁴ WALSH, Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*, v. 2. São Paulo: EDUSP, 1985, p. 152

meninas de um lado, meninos do outro, para melhor inspeção dos compradores; tudo o que vestiam era um avental xadrez azul e branco amarrado pela cintura; [...] O cheiro e o calor da sala eram muito opressivos e repugnantes. Tendo meu termômetro de bolso comigo, observei que atingia 33^oC. Era então inverno (junho); como eles passam a noite no verão, quando ficam fechados, não sei, pois nessa sala vivem e dormem, no chão, como gado em todos os aspectos²⁵

E quando, numa outra fonte de época, esse viajante era, além de estrangeiro, uma mulher que, ao contar sua experiência no Valongo, descreve os mercados de escravos e uma experiência pessoal de contato com eles, um novo campo de visão sobre as narrativas da história local pode emergir.

Vi hoje o Val Longo (Valongo). É o mercado de escravos do Rio. Quase todas as casas desta longuíssima rua são depósitos de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me dêles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraiu atenção; tocavam-se uns nos outros para certificarem-se que todos me estavam vendo depois conversaram no dialeto africano próprio com muita vivacidade. Dirigi-me a êles e olhei-os de perto, e ainda que disposta a chorar. Fiz um esforço para lhes sorrir com alegria e beijei minha mão para êles; com tudo isso pareceram êles encantados; pularam e dançaram como que retribuindo as minhas cortezias.²⁶

Estas mesmas cenas dos armazéns de escravos, vistas pelo olhar do viajante com tanta emotividade e compaixão, poderiam ser cenário de atividades de compra e venda que, quando descritas pelo documento, figuram como usuais e legítimas no seu tempo. Assim, registrava-se nos jornais de época:

Joaquim José Ferreira dos Santos, faz leilão no seu armazém n.70²⁷ na rua do Valongo hoje Sexta Feira do corrente (1828), de uma porção de escravos novos chegados proxivamente de Cabinda em o Bergatim Tejo, que se vendem por conta de quem pretender, em lotes de 10, ás 4 horas da tarde.²⁸

Pelas ruas, becos e vielas do Valongo também se escapava da escravidão, e eram frequentes as fugas. É possível acompanhar as possibilidades de resistência e rebeldia na pesquisa e leitura dos anúncios de jornais. Registram-se nos periódicos de época – hoje praticamente todos acessíveis no site da Biblioteca Nacional na *internet* – muitos anúncios como esses:

No dia 21 do corrente mês fugiu um escravo novo, vindo proxivamente de Angola, do Armazém do Valongo n° 106, marcado no peito esquerdo com a marca S no meio de

²⁵ BRAND. *Journal of a voyage to Peru...*, Londres, 1828, p. 13 apud KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p.76

²⁶ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil... 1821-1823*. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p.188-254.

²⁷ Hoje corresponde ao número 77 da rua Camerino.

²⁸ Anúncio do *Jornal do Commercio*, 11 de janeiro de 1828.

um Triangulo; quem dele tiver noticia, dirija-se ao mesmo armazém donde achara seu dono, que lhe dará as alvissaras.²⁹

No dia 8 de junho desse ano, desapareceu da casa 119 da rua do Valongo um escravo pardo claro, com idade de 16 para 17 anos, vestido com calças de brim, vestia de chita branca já velha, e camisa de linho; tem as pernas finas e os dedos das mãos um tanto defeituosos, e se chama Claudino. Quem o trouxer a mencionada casa na rua do Valongo 119 será recompensado, bem como se noticiar com certeza o lugar onde esteja. Tem de mais a mais um dente que falta adiante no queixo superior.³⁰

Fugiu no dia 23 do corrente maio, perto da noite, do armazém n.125³¹ do Valongo, um escravo novo, de nação Cabinda, que se acha alguma coisa maluco, levou só tanga; quem dele tiver notícia, ou o tenha recolhido; queira ter a bondade de o mandar participar na rua do Sabão n.36³²

Nas quebradas da região do Valongo, africanos e africanas e seus descendentes escreveram uma história que é local, marcada nas pedras pisadas, nos cantos, escadarias e ladeiras. Mas, numa perspectiva mais ampla, ela atravessa o oceano e relaciona-se com as áfricas da diáspora, bem como com muitas outras partes do Brasil, na quais, pelas rotas internas, circulavam e faziam circular essas pessoas – e com elas, suas ideias, conhecimentos, tecnologias e espiritualidade. Portanto, essa história, cuja narrativa também se traduz nas letras de canções negras³³, nas rodas de samba, de capoeira, de jongo e de louvores às divindades afro-brasileiras, encontrou na patrimonialização do cais mais uma forma de reconhecimento. Sem dúvida, de grande valor, pois se tornou ainda mais conhecida em nível nacional e internacional e trouxe de forma inequívoca a categoria de sítio de memória sensível para o campo de estudos de patrimônio na história da escravidão no Brasil. Iluminar essa parte da nossa história não é apenas (mais) uma forma de escutar os gritos no escuro e paralisar-se pela dor. Ao contrário, trata-se de investir na resistência e na luta que se constroem por meio do conhecimento. E de um resgate da força das nossas relações com África.

Finalmente, na palavra da poetisa moçambicana Paulina Chiziane que, colocando o escravizado em primeira pessoa, nos lembra mais uma vez que estamos nos referindo a uma memória viva:

*“Resido na memória dos meus descendentes
No silêncio dos céus e na vibração das ondas.
Resido no ventre do mar e no azul do horizonte.”³⁴*

²⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de dezembro de 1821.

³⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de julho de 1824.

³¹ O anúncio não dá uma referência precisa do local, pode ser que esta casa ficasse na rua da Praia do Valongo (atual Rua Sacadura Cabral) na qual o nº 125 corresponde hoje ao número 97, ou, se for na rua do Valongo (Rua Camerino, hoje) correspondendo então ao nº 48 de acordo com a nova numeração.

³² *Jornal do Commercio*, 30 de maio de 1828.

³³ A esse respeito, ver, entre outros: ABREU, Martha. *Da senzala ao palco: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930*. Campinas: Funcamp, 2017.

³⁴ CHIZIANE, Paulina. Canção de amor. In: *O canto dos escravos*. Maputo: Matiko e Arte, 2017. p.28